

Moratória será parcial

A atração do capital estrangeiro é um dos objetivos da política industrial do PT, segundo revelam os assessores de Lula que estão concluindo o plano de governo. A equipe econômica do partido conta com a vinda de novos investimentos externos para enfrentar os oligopólios existentes no país, especialmente na indústria automobilística. Outra importante definição do plano na área externa é excluir da moratória os financiamentos internacionais de curto prazo. O motivo é evitar danos às exportações e importações brasileiras, que dependem dessas linhas de crédito.

O programa a ser divulgado pela Frente Brasil Popular nesta quinzena pretende deixar claro que a moratória da dívida externa não significa uma tomada de posição contra o capital estrangeiro. Segundo o plano, em um eventual governo Lula não haverá quaisquer restrições à participação do capital estrangeiro na economia além das já previstas pela legislação em vigor e pela Constituição. "O programa vai mostrar que não somos contra o capital estrangeiro", diz o economista Jorge Matoso, da equipe econômica do PT.

A entrada de capital externo será favorecida pelo plano do PT, segundo Matoso, principalmente para ajudar a combater as "reservas de mercado disfarçadas". Outro integrante da equipe, Luiz Carlos Merege, cita as indústrias de automóveis e de minerais não-ferrosos, como exemplos de setores em que a vinda de novas companhias multinacionais poderia ser positiva. "Como resultado dessas reservas de mercado disfarçadas, o cimento brasileiro é um dos mais caros do mundo", observa ele.

A política industrial do programa do PT, antecipa Matoso, será voltada para a melhoria da produtividade. Também aí a participação do capital estrangeiro é considerada importante. "Em vários setores o aporte de capital estrangeiro de risco pode aumentar a competitividade sem a intervenção do Estado", reconhece Jorge Matoso. A retomada da participação estrangeira na economia brasileira deverá se dar, segundo os economistas do PT, basicamente por meio de investimentos diretos, descartando-se o ingresso de capital financeiro.

Segundo a avaliação predominante na equipe econômica do candidato da Frente Brasil Popular, o ingresso de capital de risco foi interrompido na década de 80 por uma visão equivocada do governo. "Os governos militares e a Nova República acreditavam que se o Brasil pagasse a dívida as empresas viriam naturalmente, o que não ocorreu". Na fórmula do PT, a estabilização da economia e o estabelecimento de regras claras de longo prazo são os elementos decisivos para a volta dos investimentos estrangeiros.

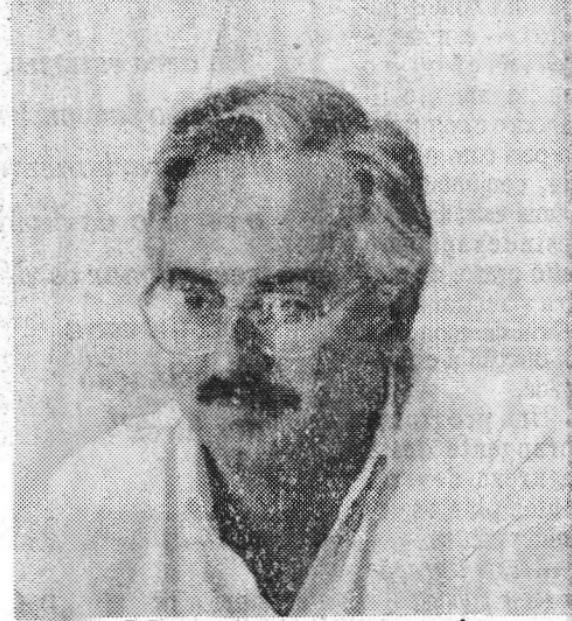
Apoio popular — Um dos mais controvéridos pontos do projeto econômico da Frente, a moratória na dívida externa, começou a ser melhor detalhada nesta reta final da campanha eleitoral. A medida será anunciada como um dos

pontos do plano de emergência que se planeja baixar logo depois da posse, no dia 16 de março. Continuarão suspensos os pagamentos dos juros devidos aos bancos privados, que somam cerca de US\$ 6 bilhões por ano. A exemplo do que ocorreu na moratória comandada pelo ex-ministro Dilson Funaro, não serão atingidos os pagamentos relativos aos créditos de prazo inferior a um ano, utilizados para financiamento das importações e exportações do país.

Ainda não está decidido se a suspensão de pagamentos externos abrangerá também os débitos relativos às dívidas com entidades e organismos financeiros internacionais. Nesse grupo incluem-se dívidas com o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências governamentais de financiamento, que constituíram o cartel chamado Clube de Paris. A definição sobre esses pagamentos depende de informações solicitadas pelo PT ao governo na semana passada.

Um dos elementos fundamentais da moratória do PT, revelam seus formuladores, deverá ser o apoio popular. O respaldo da população será buscado ainda na campanha eleitoral, com o reforço

Arquivo — 29.11.89



Jorge Matoso: reação americana

do discurso de que é impossível pagar a dívida nas condições atuais. Essa preocupação com a opinião pública é uma das lições tiradas pelos assessores econômicos de Lula da experiência do governo Sarney com os bancos credores. Na avaliação deles, a indiferença da população foi um dos fatores determinantes do fracasso da moratória decretada por Funaro. Outra causa, aponta o economista Jorge Matoso, foi "o boicote dos governadores Orestes Querínia e Newton Cardoso, por pressão das empreiteiras, que eram contra a moratória porque financiam suas obras com créditos externos".

A equipe do PT não tem ilusões sobre a atitude dos banqueiros internacionais diante de uma nova moratória brasileira. Espera-se que as reações mais fortes venham dos bancos americanos, que não têm meios de compensar os prejuízos provocados pelo não recebimento dos juros de seus empréstimos ao Brasil. Em muitos países europeus, ao contrário, foram feitas alterações nas normas do imposto de renda para permitir que os bancos abatessem prejuízos dos empréstimos externos. (M.L.A. e T.B.)